Wanderley Messias da Costa

Natural de Araçatuba – PR, 58 anos. Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Graduado, Mestre, Doutor e Livre-Docente em Geografia Humana por essa Faculdade. Pesquisador, professor e orientador (13 doutorados e 9 mestrados até o momento) nas áreas de Geografia Política e Geopolítica, Meio Ambiente e Amazônia, sobre os quais publicou cinco livros e dezenas de artigos. Conferencista sobre questões atuais da Geopolítica, Amazônia e América do Sul no Curso de Estratégia Marítima da Marinha Brasileira e no Ministério da Defesa. Pesquisador dos projetos CAPES-COFECUB (USP/universidades parisienses e o CREDAL-CNRS) em Geografia Humana (2003-2006 e 2008-2009). Integra atualmente o grupo de pesquisas do programa internacional LBA – Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia – Dimensões Humanas.

Diretor da ADUSP – Associação dos Docentes da USP (gestão Hamburger) no biênio 1983-1985. Coordenador da COSEAS na gestão Goldemberg (1987-1990), Coordenador de Comunicação Social – CCS na gestão Lobo (1991). Presidente da CEPA – Comissão de Estudos de Problemas Ambientais da USP (2002-2005). Prefeito da Cidade Universitária na gestão Melfi (2003-2005), Membro da Comissão Central de Implantação da USP Leste (2003-2005) e um dos criadores do Curso de Gestão Ambiental da EACH. Chefe de Gabinete (durante nove meses) e atual Coordenador de Comunicação Social - CCS na gestão Suely (desde 2006). No Governo Federal, foi Chefe de Gabinete do MEC na gestão Goldemberg (1992-1993) e Diretor de Programas e Projetos da Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente na gestão Seixas Lourenço (1996-1999). Coordenador do PPG7 – Programa Piloto Para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, em parceria com o Banco Mundial (1996-1999). Criador e Coordenador do PROBEM – Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (1996-1999). Fundador e Diretor Executivo da Organização Social BIOAMAZÔNIA (1998-2002) e Coordenador da implantação do CBA – Centro de Biotecnologia da Amazônia, em Manaus (1998-2002).

Caro (a) colega,

Informo-o (a) da minha decisão de candidatar-me ao cargo de Reitor da USP. Colegas das diversas áreas de ensino e de pesquisa, conhecedores da minha trajetória acadêmica e de homem público, estimulam-me a enfrentar esse desafio. Compartilhando uma mesma visão geral sobre temas relevantes da nossa universidade e o meu envolvimento com sua evolução nessas três últimas décadas, acreditam que possuo as credenciais para liderar uma instituição com a importância da USP.

Sou docente da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas há 28 anos e essa escola da qual a USP e o país muito se orgulham marcou a minha vida como professor, pesquisador e intelectual. Não creio, entretanto, que a origem e o perfil acadêmico sejam suficientes para definir as qualidades de um candidato a Reitor. Imprescindível, isto sim, é que ele possua cultura e ética acadêmica que lhe facultem reconhecer a diversidade e a universalidade do

conhecimento, da pesquisa e do processo de aprendizagem e rejeite as falsas dicotomias que fragmentam e fragilizam as ciências e os cientistas nestes tempos de crise. Em síntese, que reconheça a importância de realçar valores e princípios que constituem a razão de ser da universidade e o seu significado mais profundo.

Apresento a seguir uma reflexão inicial sobre questões que considero como centrais para o debate sobre a nossa universidade na atual conjuntura. Em próximas oportunidades, com a contribuição de colegas – como você – que se unirem a essa candidatura, apresentarei idéias e propostas específicas mais detalhadas, que abordarão os mais diversos aspectos da gestão universitária e da vida acadêmico-científica que impactam nossa atuação profissional e política.

Gestão e Política Universitária

Predomina a percepção de que existe atualmente na nossa universidade uma grave cisão entre as esferas da vida acadêmica *strictu sensu* (ensino, pesquisa e extensão) e da política, aí incluída a gestão em geral. Essa dualidade se expressa como imagens descoladas ou sobrepostas da instituição, pelas quais excelência e prestígio estão associados ao desempenho de indivíduos, grupos, setores e unidades, ao passo que os aspectos negativos remeteriam ao esgotamento dos atuais sistemas de representação e das estruturas de comando e gestão, isto é, a dimensão especificamente institucional da universidade.

A gestão universitária em um ambiente cultural e político como o nosso pressupõe autonomia, democracia, descentralização, eficiência, transparência, sofisticação e inovação. E alguns dos fatores cruciais da nossa fragilidade atual estão relacionados justamente a questões dessa natureza.

Como primeiro passo, devemos reconhecer, dentre outros problemas, que parte do nosso enorme sistema administrativo padece de grave anacronismo e requer reformas urgentes. Quando observamos em detalhe, por exemplo, o aparato burocrático e os diversos órgãos de apoio que gravitam em torno do que convencionalmente chamamos de reitoria somos levados a concluir que estamos diante de uma instituição tipicamente *macrocéfala*.

Este não é, contudo, um problema exclusivo da nossa universidade. Mas o fato é que tais estruturas gozam atualmente de grande autonomia, funcionam em geral de forma pouco transparente e acumularam poder suficiente para atuar e expandir-se à margem da missão precípua da instituição. Ademais, elas acarretam-lhe pesados ônus em recursos, tendem a se tornar o epicentro de crises e conflitos recorrentes e constituem assim um poderoso freio aos avanços

da instituição. E está demonstrado que para enfrentar ambientes institucionais com tais características é preciso ir além das fórmulas convencionais de *modernização da gestão*, posto que as pesadas burocracias aprenderam a sobreviver e até a crescer com elas. Daí porque tantos programas de desburocratização e descentralização tendem ao fracasso, como nos alertam os especialistas dessa área da nossa própria universidade.

A abordagem, portanto, deve ser diversa e admitimos como ponto de partida que a centralização e o domínio da burocracia nas instituições públicas são produzidos pela concentração de poder e integram desse modo a órbita da política. Nesse sentido se o nosso objetivo estratégico é o de efetivamente valorizar as unidades, os departamentos, os grupos e os indivíduos e com isso propiciar sustentabilidade aos padrões de excelência acadêmica da universidade, é indispensável dispor de determinação, ousadia e dos meios capazes de realizar reformas de fundo, isto é, de atingir o *hardcore* desse sistema.

Outro tema que deve ser posto em destaque nesse debate é a complexa relação entre autonomia, inovação e eficiência na universidade pública. Manifestações recentes de dirigentes universitários do país têm expressado o ponto de vista de que não se vislumbram, na atual conjuntura, ameaças de cerceamento à autonomia universitária em assuntos especificamente acadêmicos. Por outro lado, eles são enfáticos quando alertam que a conquista da plena autonomia dessas instituições – assegurada explicitamente por dispositivo constitucional – está longe de ser alcançada no campo da gestão administrativa e financeira. Reconheça-se que a situação das três universidades estaduais paulistas é menos grave no que se refere à gestão financeira, posto que a estas são destinados, desde 1988, percentuais fixos da arrecadação do ICMS, ainda que tal mecanismo não esteja consagrado na Constituição do Estado (outra prioridade para o próximo Reitor).

Permanece, porém, o grave problema do cerceamento à autonomia de gestão administrativa das universidades públicas em geral. Existe atualmente no país uma miríade de normas legais federais e estaduais, decisões judiciais de tribunais superiores que formaram jurisprudência, além de órgãos de fiscalização (como os Tribunais de Conta da União e dos Estados) que regulam e fiscalizam as atividades da administração pública e que tendem a fazer *tabula rasa* dessas instituições. O resultado é que a universidade pública tem sido seriamente afetada em seu desempenho pela perversa combinação da sua própria e pesada burocracia com a crescente rigidez regulatória do ambiente externo. É essencial que uma instituição como a USP, de reconhecida excelência, forte vocação para pesquisas de ponta e incontáveis modalidades de interação com o meio externo

(nacional e internacional), possa operar em um sistema que lhe propicie condições de máxima flexibilidade e agilidade. Em um projeto de futuro, portanto, é imperativo conferir prioridade à conquista da autonomia universitária nesse estratégico terreno.

Uma agenda de modernização institucional deve ainda dar prioridade a questões como a representatividade dos colegiados e os sistemas em vigor para a escolha dos dirigentes em geral. A esse respeito, observa-se hoje uma crescente convicção entre docentes, funcionários e estudantes de que tais reformas são inadiáveis. Pode-se até mesmo cogitar que existe um relativo consenso em torno de alguns dos seus pontos fundamentais, como as unidades poderem eleger os seus diretores e o sistema de eleição do Reitor ser aperfeiçoado visando, sobretudo, ampliar a participação da comunidade universitária em um evento que é de crucial importância para debater e fazer escolhas sobre os rumos da instituição. Além disso, acredita-se que essas e outras mudanças possam ser debatidas e efetivadas no âmbito de uma ampla reforma dos Estatutos que se desenvolveria mediante um sistema que integre as congregações e os colegiados centrais da universidade.

Ainda nessa reflexão inicial, podemos admitir que re-erguer ou reposicionar a dimensão institucional e política da universidade e com isso reafirmar a sua imagem de excelência na sociedade não é missão exclusiva do seu Reitor. Mas existe hoje o consenso de que é imprescindível resgatar e preservar a sua autoridade em um ambiente moldado segundo a ordem democrática do país e da universidade. Afinal, a densidade singular da Universidade de São Paulo, ao lado das prerrogativas inerentes ao cargo e a natureza emblemática da sua figura, ainda são centrais na instituição e por isso a sua eleição é um evento marcante na nossa vida acadêmica.

Especialmente na atual conjuntura, é preciso reconhecer que ao Reitor cabe não apenas coordenar políticas e gerir a universidade, mas liderar processos de mudança e fazê-la avançar. Por isso, é natural a expectativa de que o escolhido possua, além de qualidades acadêmicas, espírito de liderança, experiência de gestão, comprovada capacidade para a solução de conflitos, efetiva disposição para o diálogo e familiaridade na interlocução com atores políticos e institucionais internos e externos.

Ensino e pesquisa

Dentre as atividades-fim da universidade, o ensino de graduação é o que menos avançou nos últimos anos. O ensino convencional ou tradicional, de modo geral, e o universitário em particular perderam hegemonia na transmissão do conhecimento no mundo atual. É preciso ousadia nessa área e adotar novas metodologias, apostar pesadamente na utilização das novas tecnologias e, nesse sentido, avançar sem hesitações em projetos como o da Educação a Distância. Existem também problemas mais diretamente relacionados à natureza dos cursos, tais como a adequação da estrutura curricular aos requisitos atuais das diversas carreiras profissionais, a duração, a formação básica e as especializações. Para esses têm predominado as ações continuadas e as iniciativas de mudanças que se desenvolvem no âmbito dos Departamentos e Unidades.

Mas há problemas de outro tipo, mais propriamente estruturais e que afetam a grande maioria dos cursos, como são os casos das deficiências de infra-estrutura predial, de instalações, de equipamentos e de serviços de apoio, ou ainda as carências sócio-econômicas dos estudantes que interferem no seu desempenho acadêmico. Nesses casos, é essencial uma atuação abrangente da parte da reitoria, especialmente porque entre as atividades precípua da universidade, o ensino de graduação infelizmente não conta com o apoio direto das agências estaduais e nacionais de fomento.

Devem por isso ser mantidos os programas de apoio em geral que integram a Política de Permanência e Formação Estudantil e, ao mesmo tempo, ampliados consideravelmente aqueles sob a coordenação da Pró-Reitoria de Graduação e que se direcionam especificamente para esses pontos de estrangulamentos, a exemplo do PróLab – Programa de reequipamento de laboratórios didáticos e do PEP – Programa ensinar com pesquisa.

As atividades de pesquisa e de pós-graduação, em grande medida interdependentes, são as que têm apresentado os melhores indicadores de desempenho. Na pesquisa, como se sabe, lideramos ou integramos a maior parte dos Projetos Temáticos e dos CEPIDs da FAPESP em todas as áreas, e praticamente a metade dos recém-lançados INCTs do CNPq. E esse notável crescimento da produção científica e da contribuição da universidade na formação de mestres e doutores no país tem se refletido nos seus ganhos de posição a cada ano no *ranking* internacional. Além disso, os resultados dessas pesquisas têm impactos diretos e indiretos na inovação tecnológica de produtos e processos e, especialmente, nos setores estratégicos do desenvolvimento industrial.

A USP tem participação destacada em todas as mais importantes conquistas do país nas últimas décadas, a exemplo da nossa liderança mundial na biotecnologia aplicada à agricultura tropical, na produção de etanol obtido da cana-de-açúcar e nas tecnologias de prospecção e exploração de petróleo em águas profundas, além dos avanços recentes na biologia molecular e na engenharia genética, na pesquisa médica de ponta, nas ciências ambientais em geral, no desenvolvimento de novos materiais com as suas múltiplas aplicações ou nos sistemas digitais integrados, dentre outros.

Por outro lado, há problemas que devem ser expostos e enfrentados. Um deles diz respeito ao evidente decréscimo da importância das universidades na definição das estratégias, das *polícies* e dos programas de Ciência e Tecnologia e de Pós-Graduação do estado e do país. Nesse campo tornamo-nos, em grande medida, caudatários das agências de fomento. O argumento de que na verdade é a comunidade científica que define tais políticas mediante a sua participação nos Comitês Científicos dessas agências é interessante, mas insuficiente. Permanece a evidência de que uma universidade de pesquisa como a nossa – a mais importante do país – encontra-se de fato marginalizada ou desempenha papel subsidiário nos aparatos de decisão e de gestão desses sistemas.

Outra questão envolve o papel da pós-graduação no desenvolvimento do país. A par do seu inegável sucesso nos últimos anos, há distorções no sistema nacional como um todo, como o fato de que atualmente 80% dos doutores são empregados pelas próprias universidades, 18% pela administração pública e apenas 2% pelas empresas. Nesse caso, devemos refletir sobre o que podemos fazer para convencer as empresas a investir mais em P&D e contratar mais doutores e, ao mesmo tempo, sobre como atuaremos para amparar os doutores desempregados no caso de uma redução no ritmo atual de expansão da administração e das universidades públicas.

De todo modo, e ainda que reduzida pela proeminência das agências, também há margem para políticas e programas nessas áreas no âmbito da universidade e é desejável que sejam fortalecidos e ampliados. Tais são os casos das iniciativas da Pró-Reitoria de Pesquisa, voltadas para a estruturação de redes temáticas e as modalidades de apoio complementar direcionado para grupos de pesquisa com projetos aprovados nas referidas agências. Mas há outros caminhos que também devem ser explorados no nosso *front* interno. Refiro-me, por exemplo, à necessidade de realizar um amplo e detalhado diagnóstico das áreas, sub-áreas, redes e grupos de pesquisa da universidade, tendo como foco uma avaliação interna de desempenho com base em resultados mensuráveis alcançados nos últimos anos (publicações, patentes, processos de *spin-off* etc.).

Um estudo como esse contribuirá para fornecer uma base empírica mais consistente sobre a quantidade e a qualidade dos impactos externos da nossa produção científica. Mas o seu objetivo principal deve ser o de procurar identificar lacunas, deficiências e pontos de estrangulamento ou, em suma, as disparidades internas da universidade. Com isso em mãos, poderemos alargar e tornar mais efetivo o esforço interno no campo das políticas e da gestão nessa área.

Por último, sobre esse ponto, sei que há entre nós os que consideram natural esse quadro de disparidades, sob o argumento de que algumas áreas, grupos ou pesquisadores individuais dificilmente se ajustarão aos parâmetros de produtividade que são em geral definidos por aquelas áreas chamadas “de ponta”. Além disso, defendem que a pesquisa científica no mundo globalizado deve mesmo ser desenvolvida em sistemas altamente competitivos e que, portanto, e no limite, alguma “seleção natural” é inevitável e até mesmo desejável. Discordo dessa posição. Primeiro, porque ela revela uma compreensão limitada sobre o conhecimento científico e a atividade acadêmica. Segundo, porque a considero tão equivocada quanto aquela dos que acreditam ou defendem que a expansão da burocracia também é natural e que isso nada tem a ver com a concentração do poder nas instituições.

Interações com o meio externo

A universidade tem feito progressos em uma área importante que é a divulgação da produção científica e das suas atividades em geral, graças às mudanças culturais recentes que tendem a aproximar o universo acadêmico das demandas de uma sociedade crescentemente sofisticada. Além disso, a modernização e a profissionalização desse setor na universidade, ao lado das facilidades propiciadas pelas mídias impressas e eletrônicas, têm contribuído para aperfeiçoar essa comunicação. Sabemos hoje, por exemplo, que parte relevante da cobertura da grande imprensa sobre ciência e tecnologia é pautada pela divulgação eletrônica da Agência USP de Notícias ou por matérias produzidas nas diversas mídias da universidade.

Também temos ampliado significativamente nos últimos anos o papel da USP nas questões educacionais em geral, em particular no que se refere às nossas políticas e programas direcionados à escola pública da rede estadual. Os bons resultados do INCLUSP, especialmente, demonstram que estamos no rumo certo nessa complexa área das políticas afirmativas no nosso país. Além disso, devemos apostar ainda mais em programas como aqueles desenvolvidos pelas

Pró-Reitorias de Graduação e de Pesquisa que estão focados diretamente no enorme desafio de superar as deficiências de qualidade da escola pública.

Mas não estamos avançando o suficiente em uma área que é altamente sensível nos tempos atuais, e que envolve a nossa inserção na sociedade: a abertura à comunidade dessa inestimável produção cultural e do acervo de arte, cultura, ciência e tecnologia de que dispomos. E isto deve ser feito não para uma sociedade em abstrato, mas para alvos concretos como é a população da cidade de São Paulo com a qual, é preciso reconhecer, ainda nos relacionamos de modo tímido, tradicional, fragmentado e muito aquém das suas expectativas. Há muito ainda o que fazer nessa área, mas se nos dispusermos a valorizar de fato os nossos museus e apoiá-los efetivamente em seus projetos, abri-los para a participação da sociedade civil e, sobretudo, expor sistematicamente os seus acervos e as suas pesquisas preferencialmente fora da Cidade Universitária, já seria um bom primeiro passo nessa mudança de postura. Enfim, é essencial que uma universidade de porte mundial desenvolva uma política cultural específica para uma cidade mundial com a qual possui identidade histórica há 75 anos.

Há outra face dessas relações com a sociedade que também não tem caminhado bem nos últimos tempos. Refiro-me ao nosso posicionamento institucional no campo das políticas públicas e especialmente aquelas no âmbito do nosso estado. Retomando um ponto já discutido aqui, entendemos que a defesa da autonomia da universidade é fundamental para que ela se desenvolva e cumpra plenamente o seu papel na sociedade. Mas entendemos, também, que essa sua peculiar condição institucional não deve servir de anteparo ou barreira que a conduzam ao imobilismo.

Em outros termos, pela sua importância, massa crítica e competência instalada, o seu envolvimento com as questões do país e do Estado de São Paulo é mais que desejável. Experiências positivas de envolvimento da USP em projetos de grande impacto nos últimos vinte anos nos encorajam a assumir novos desafios desse tipo. Refiro-me a duas delas em especial, nas quais projetos foram negociados e conduzidos em parceria com o Governo do Estado: o Programa BID na gestão Goldemberg, que teve um enorme impacto na ampliação e na modernização da infra-estrutura da universidade; e o Projeto USP Leste, na gestão Melfi, no qual pela primeira vez em sua história a universidade concebeu, planejou e implantou um Campus e uma Unidade com uma dezena de cursos em uma região carente e emblemática da nossa cidade.

Em síntese, a minha posição sobre essa questão é que a universidade deve assumir uma postura franca no campo das interações com as políticas públicas

em áreas estratégicas como educação, ciência e tecnologia, cultura, meio ambiente e o desenvolvimento em geral, e elas serão tão bem sucedidas na justa medida em que se estruturarem sobre bases sólidas. E essas bases estão assentadas, de um lado, no respeito pela autonomia da universidade e, de outro, na consciência e na demonstração efetiva desta, de que não deve pretender desenvolver-se dando as costas para a sociedade.

Projetos de expansão e os *Campi* da Universidade

Nos últimos anos têm sido desenvolvidos projetos de expansão de diferentes escalas na universidade, destacando-se a implantação do Campus da USP Leste (EACH) e do Campus II de São Carlos e a atual expansão do Campus de Ribeirão Preto. No caso da USP Leste trata-se agora de consolidá-lo e de iniciar estudos sobre as alternativas de ocupação e uso da sua grande área remanescente. Além disso, é prioritário retomar e concluir a implantação do Campus II de São Carlos.

Em Ribeirão Preto, é necessário concluir e consolidar os atuais projetos de expansão e dar seqüência aos estudos e projetos de modernização da sua infraestrutura comum, sendo também este o caso de Pirassununga. Em Lorena é preciso dar continuidade à modernização da infra-estrutura em geral e consolidar o processo de sua incorporação à USP. Em Piracicaba e em Bauru devem ser iniciados e aprofundados os estudos sobre as possíveis alternativas para os seus respectivos projetos de expansão e complementação da infra-estrutura.

No caso da Capital, e em especial a Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira, a prioridade é de outra ordem. É facilmente observável que há casos de deterioração de edifícios e instalações, de todos os tipos e portes, que requerem intervenções profundas e urgentes. Do mesmo modo, é preciso investir na ampliação e na modernização dos sistemas eletrônicos de segurança e no reforço da Guarda Universitária. Há também problemas de qualidade e de conflitos de gestão nos diversos espaços de vivência de estudantes, funcionários e professores, cujas soluções não devem ser postergadas. Além disso, é prioritário reformular e aperfeiçoar integralmente o seu antigo Plano Diretor e, a partir dele, definir projetos de grande amplitude focados na recuperação da sua infra-estrutura em geral. Outra providência indispensável e imediata é atuar com firmeza para superar os evidentes conflitos de competência entre a COESF e a atual Coordenadoria do Campus (ex-Prefeitura).

Em suma, a nossa posição sobre esse tema é que a Cidade Universitária, pela sua importância intrínseca e representação simbólica para toda a universidade e a população de São Paulo, deve merecer uma atenção especial nos próximos anos.

Finalmente, chamo a atenção para o fato de que contamos hoje com mais de 500 docentes que concentram ou têm parte das suas pesquisas na ampla área das Ciências Ambientais. Apesar disso, e com raras exceções (caso do Campus de São Carlos), ainda não fomos capazes de planejar e implantar um sistema integrado de gestão ambiental para os nossos *Campi*. E devo ressaltar que temos graves problemas na maioria deles. Sob esse aspecto, é urgente adotar iniciativas concretas, como dar condições às ex-Prefeituras para atuarem nessa área, fortalecer a CEPA – Comissão de Estudos de Problemas Ambientais e implantar o projeto (já elaborado) do CIPAM - Centro Integrado de Pesquisas Ambientais sobre as Metrôpoles, no Campus da USP Leste.

Remuneração, carreiras e relação com os sindicatos

Uma abordagem adequada dessas questões na universidade requer, em primeiro lugar, que estejamos dispostos a reconhecer que para uma instituição com mais de vinte mil contratados – entre docentes e servidores técnico-administrativos – é fundamental estruturar um sistema de gestão (de recursos humanos) altamente qualificado. Além disso, que disponha de um grupo de profissionais especializados e familiarizados nessas questões que possa atuar com a máxima eficiência no complexo campo das relações de trabalho e das negociações sindicais em uma universidade pública desse porte.

Outro aspecto importante é que decisões que envolvam o interesse direto de uma dessas categorias, como são os casos dos projetos de mudanças nas suas respectivas carreiras, sejam discutidas e conduzidas desde o início com a participação dos seus representantes.

Há ainda um ponto crítico nessa área que está relacionado à rígida indexação atual dos salários docentes imposta pelo princípio da isonomia das carreiras nas três universidades estaduais. Sabemos que esse é um dos mais sérios entraves que nos impede de promover a recomposição salarial dos docentes e dos funcionários da nossa universidade, um fator que tem sido sistematicamente agravado pelas disparidades de situação financeira entre elas.

E esse quadro se agrava na atual conjuntura do país, quando sabemos que outras carreiras de servidores públicos de nível superior – a exemplo da

Magistratura – contam atualmente com níveis salariais muito superiores aos nossos (mais acentuados nos iniciais). Neste momento, inclusive, este também é o caso dos nossos colegas docentes das universidades federais. Minha posição é que cabe ao Reitor da USP propor ao CRUESP uma urgente e profunda discussão sobre o tema da isonomia entre as carreiras, e a busca de alternativas que nos permitam atuar com maior autonomia nesses assuntos.

Prevenir e solucionar conflitos

Retomo aqui o meu ponto de vista exposto no início deste documento, isto é, que é imperativo transpor a nossa excelência acadêmica para as esferas da política e da gestão na universidade. Em outros termos, como é possível explicar a um profissional qualificado e bem informado de fora da universidade que somos capazes de produzir ciência de ponta e formar profissionais de alto nível, mas que isso não tem se refletido na capacidade interna para elevar os nossos padrões de gestão em geral e para prevenir e solucionar problemas e conflitos?

Ou ainda, como explicar que a melhor universidade do país é também a única que, a cada ano, sistematicamente, tem sido martirizada por agudos conflitos de todo tipo, expressos em paralisações, invasões e depredações de prédios, de salas de aula e de locais de trabalho e até em cenas explícitas de violência?

Como em nenhuma outra instituição do país, dispomos aqui de intelectuais e pesquisadores que se dedicam integralmente ao estudo da sociedade contemporânea e suas tendências culturais e políticas atuais. Eles têm apontado, dentre outras mudanças, que a crise da política institucional tradicional redefine os modos como se estruturam convergências e divergências entre indivíduos, grupos e organizações, bem como as relações entre dirigentes e dirigidos. Enfim, mudanças que, também, são pensadas e difundidas por nós, e que podem inspirar novas formas de expressar idéias e objetivos políticos.

Portanto, se somos capazes de identificar a natureza dos conflitos e das diversas manifestações da violência na sociedade do nosso tempo, temos que aplicar essa competência também em nosso proveito. Mas isso requer o aperfeiçoamento das nossas estruturas de direção, isto é, democratizá-las, modernizá-las e qualificá-las para gerir melhor uma universidade que mudou profundamente nos últimos tempos.

Em síntese, é indispensável o objetivo estratégico de reduzir ao máximo as tensões e investir na qualidade do ambiente acadêmico, tendo como meta ajustá-

lo aos padrões de excelência da universidade. Para isso, devemos estabelecer competências específicas que nos permitam avaliar a natureza das crises e os seus riscos potenciais.

Além disso, cabe-nos respeitar o direito de organização e de manifestação pacífica dos atores políticos, propor e cumprir as agendas de negociação e, principalmente, procurar a todo custo evitar que os conflitos assumam toda e qualquer forma de violência e, caso esta sobrevenha, coibi-la com firmeza, em conformidade aos preceitos estabelecidos pelo Estado Democrático de Direito.

Aguardo e desde já agradeço pelos vossos preciosos comentários, críticas e sugestões.

Visite o nosso site

www.wanderleymessias.com.br